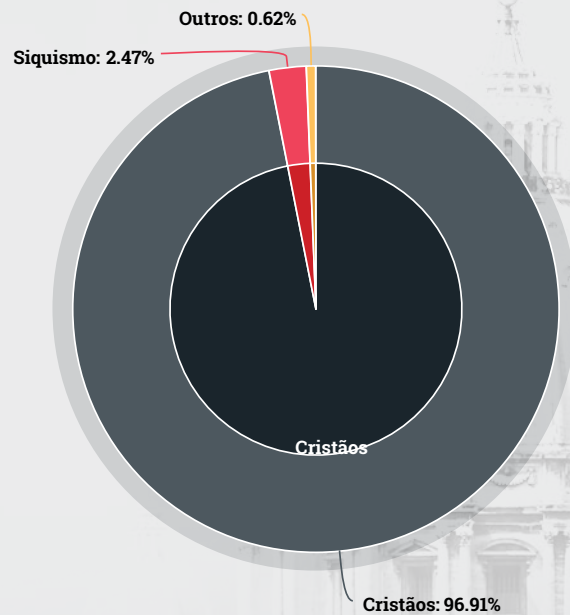


Kiribati



A República de Kiribati, na zona do Equador, Oceano Pacífico central, engloba as ilhas Gilbert, Line e Phoenix. Coletivamente conhecidas como Ilhas Gilbert no tempo do domínio britânico, o país obteve a independência em 1979. Com uma população de pouco mais de 100 mil habitantes, Kiribati é um pequeno país espalhado ao longo de cerca de 726 km².

Muitos cidadãos nas ilhas do norte converteram-se ao Cristianismo sob influência dos missionários britânicos e americanos que viajaram para lá no final de 1800. Com a chegada dos europeus, o Cristianismo se tornou autóctone e agora faz parte da cultura de Kiribati. Em 2010, o recenseamento revelou que 56% da população indígena era católica, com a maioria vivendo nas ilhas do norte. A maior parte dos residentes das ilhas do sul são protestantes e representam 34% da população. Embora o Cristianismo seja a religião oficial, há alguns adeptos da fé bahá'í e do Islamismo.

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

South Tarawa, capital e núcleo de Kiribati, é constituída por cerca de metade da população do país. As regiões menos povoadas são apoiadas por catequistas locais, com visitas intermitentes do clero de Kiribati. Sendo um país isolado, os sacerdotes e as religiosas em Kiribati têm acesso limitado a material religioso ou a informação espiritual atualizada. Em algumas das ilhas menos povoadas, a antiga cultura de Kiribati ainda prospera e muitas antigas estruturas ainda estão de pé.

A antiga religião tradicional do país construiu santuários a divindades que eles acreditavam ter descido à terra sob a forma de animais. Foram erigidos pilares de calcário de coral e de outros materiais locais a essas crenças. Apesar da influência marcada do Cristianismo, não existe religião do Estado e é de referir que os espíritas estão provavelmente praticando sua religião em algumas áreas.

DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

A liberdade religiosa é protegida por lei e pela Constituição. Segundo o *Bureau of Democracy, Human Rights and Labour* (Gabinete de Democracia, Direitos Humanos e Trabalho) no Relatório Internacional da Liberdade Religiosa de 2013, houve alguns relatos de "abusos sociais ou discriminação baseados em filiação religiosa, crença ou prática"^[1] Como consequência disso, alguns grupos religiosos vistos como sendo pouco ortodoxos evitaram visitar certas vilas onde se sentiram ameaçados e indesejados.

Embora o Governo não favoreça nenhuma religião em particular, os ilhéus são predominantemente cristãos e isso

[1] <http://www.state.gov/j/drl/rls/irf/2013religiousfreedom/index.htm?year=2013&dliid=222137>

reflete-se na Constituição, que começa com a seguinte frase: “O povo de Kiribati, reconhecendo Deus como Pai Todo Poderoso em quem colocamos toda a nossa confiança, e com fé no valor duradouro da nossa tradição e patrimônio, concede agora a si próprio esta Constituição...”^[2] O Governo também observa as celebrações cristãs tradicionais, e o Natal, a Páscoa e o Dia Nacional do Evangelho são feriados nacionais. As reuniões governamentais são encabeçadas por um sacerdote ou por um responsável da Igreja que realiza uma oração no início de cada encontro.

O Capítulo II, Seção 11, da Constituição declara a proteção da liberdade de consciência, incluindo a liberdade religiosa, de crença e de pensamento.^[3] Esta seção também detalha como é que os grupos religiosos podem conduzir as suas organizações e afirma que as comunidades religiosas podem estabelecer e gerir os seus próprios locais de educação. Os cidadãos também mantêm “o direito de observar e praticar qualquer religião sem a intervenção não solicitada de membros de qualquer outra religião”.^[4] O Governo requer que os grupos religiosos registrem oficialmente a sua organização. Para registrar um grupo religioso, as associações devem ter um número estipulado de membros, embora na prática não sejam penalizados se não se registrarem. De acordo com o Instituto de Religião e Política Pública, a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias não está registrada, mas pratica a sua religião livremente.

[2] <http://www.constitutionnet.org/files/Kiribati%20Constitution.pdf>

[3] <http://parliament.gov.ki/content/constitution-kiribati>

[4] Capítulo II, Seção 11, 6b